

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DA COMISSÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO¹
ARCHITECTURAL SURVEY OF THE COMISSÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

Ana Cláudia Böer Breier², Estefani Caroline Basso Lago³, Felipe Jardel Mohler⁴, Kelly Augusta Cunha De Carvalho⁵, Fernanda Conrad Rigo⁶

¹ Projeto de pesquisa em andamento realizado no Curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal Farroupilha, Câmpus Santa Rosa

² Professora doutora do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal Farroupilha, campus Santa Rosa, orientadora, ana.breier@iffarroupilha.edu.br

³ Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal Farroupilha, Campus Santa Rosa

⁴ Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal Farroupilha, Campus Santa Rosa

⁵ Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal Farroupilha, Campus Santa Rosa

⁶ Professora mestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal Farroupilha, Campus Santa Rosa, orientadora, fernanda.rigo@iffarroupilha.edu.br

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural pode ser considerado um bem, material ou imaterial que tenha relevância histórica ou cultural na sociedade. Os bens que apresentam importância universal, os patrimônios mundiais, são de responsabilidade de instituições como a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; normalmente tombados total ou parcialmente para promover sua conservação e preservação. Outros, influentes a comunidades menores podem ser protegidos a nível nacional, estadual ou mesmo municipal. Os imóveis, patrimônios culturais, têm importância arquitetônica, influência na paisagem e na urbanização. As edificações ainda podem ser consideradas patrimônios históricos por serem registros dos fatos ocorridos. O inventário do patrimônio cultural de bens imóveis equivale-se na identificação e registro de determinados bens, por pesquisas e levantamentos das características relevantes, para reunir a memória cultural e a evolução de um sítio. O município de Santa Rosa/RS possui uma lista de bens a serem inventariados. A ocupação da cidade iniciou-se por volta de 1915, com o objetivo de colonizar a região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Dentro deste contexto, foi construído em 1916, o edifício da Comissão de Terras e Colonização. Assim como outras edificações com a mesma finalidade, era uma propriedade do governo estadual, criada para organizar a venda e distribuição das terras locais para as famílias colonizadoras. Sua construção influenciou a urbanização do centro da cidade velha, que iniciou em seu entorno, com a praça da independência e alguns comércios. A edificação da Comissão de Terras e Colonização é objeto de estudo a ser realizado pelo grupo de estudos do Instituto Federal Farroupilha, com o objetivo de preservar este patrimônio e a memória cultural ligada a evolução urbana e arquitetônica de Santa Rosa/RS.

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

inventário consistirá na identificação e registro, por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades desta edificação.

Durante os séculos XIX e XX, o Rio Grande do Sul foi marcado pela vinda dos imigrantes, não apenas como mão de obra, mas como agentes colonizadores das regiões ainda inexploradas do estado. Foi um período de acelerado desmatamento e ocupação. Conforme Christensen (2008), em 1840, as informações sobre o noroeste gaúcho eram poucas, referindo-se apenas a região apenas como “bosques montanhosos do rio Uruguai”

As primeiras políticas para conhecimento do noroeste gaúcho passaram a ocorrer a partir de 1860, por iniciativa do governo provincial. O tenente-coronel José Maria Pereira de Campos foi o encarregado da prospecção da região. Segundo Christensen, a área era repleta de ervais e matas nativas.

Em 1876, para melhor fiscalizar e repartir as terras entre os imigrantes, o governo imperial brasileiro criou a Inspeção Geral de Terras e Colonização, com sede no Rio de Janeiro RJ. E dentro dessa superintendência, ocorreu o surgimento da Inspeção Especial de Terras e Colonização, com o objetivo de ser sujeita a primeira e monitorar as organizações das terras mais distantes.

No Rio Grande do Sul, a sede da Inspeção Especial de Terras e Colonização localizava-se em Porto Alegre. Com o advento dos imigrantes italianos, foi necessário subdividir a inspeção em diretorias e para isto, criou-se a Diretoria de Comissão de Terras. Cada diretoria era responsável pela divisão e demarcação de terras públicas, assim como seu registro, compra e venda das terras de sua colônia. Em 1889, com a Proclamação da República, as terras públicas federais passaram para o poder do Rio Grande do Sul. De acordo com a Revista Ensaios (2011), em 1895, as Diretorias passaram a ser subordinadas à Secretaria de Obras Públicas, com responsabilidade total do estado, que passou a promover a colonização das terras devolutas.

Após a colonização da Serra Gaúcha, a iniciativa se difundiu para outros pontos do estado, com o objetivo de ocupar todo o território. As regiões norte e noroeste, segundo Roche, fazem parte do quinto e último período de colonização do estado, ficando conhecidas como “novas colônias”.

Para gerir este processo, e abranger as novas atribuições dadas ao estado em 1890, é criada Comissão de Terras e Colonização, que auxiliaria na compra e venda de terras. Algumas localidades do estado, com posicionamento estratégico e potencial para o desenvolvimento foram sedes dessas comissões, como Erechim, Guarany, Palmeira, Soledade, Passo Fundo, Guaporé e Santa Rosa.

Segundo Christensen (2008), a região noroeste do estado do Rio Grande do Sul permaneceu por um longo período com escassa ocupação. Em parte, devido a demora da definição da fronteira internacional do país com o Argentina, o que ocorreu através do Tratado de Badajoz, em 1801, e também devido a existência da densa floresta do Alto Uruguai, somada a resistência de grupos indígenas que ali residiam. O território, hoje pertencente a Santa Rosa, pertenceu a Santo Ângelo. Em 20 de maio de 1876, conforme divisão distrital, foi criado o distrito de Santa Rosa, com sede no aldeamento denominado “14 de Julho”. A partir daí, aconteceram uma série de divisões distritais, alterando um pouco as configurações geográficas iniciais. Em 1913, o Intendente de Santo Ângelo, o Coronel Bráulio de Oliveira, telegrafou ao governo do estado, ressaltando a qualidade do distrito de Santa Rosa, enfatizando a importância de este transformar-se em colônia: “seria de grande vantagem, não só porque regularizaria a situação pessoa foi ali localizado, como também dentro poucos anos se tornará uma das primeiras colônias do Estado,

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

devido à uberdade de seus terrenos, povoados de madeira-de-lei.” (CHRISTENSEN, 2008, p. 36) Entre 1913 e 1914, a Diretoria de Terras e Colonização enviou engenheiros para o levantamento da população residente na Colônia (intrusos, posseiros e caboclos). A partir de 1914, começaram a chegar os primeiros colonos, atraídos pela terra vermelha, pela madeira de lei e pela erva mate nativa da região. Em 1916, a vila 14 de Julho passou a ser oficialmente a sede da provisória colônia mista. A data de 5 de janeiro de 1915 foi escolhida para a inauguração da Colônia Santa Rosa. Em 1918, foi inaugurada a estrada de rodagem que ligava a sede da colônia a cidade de Santo Ângelo.

Em meio a este núcleo colonial, se ergueu a primeira edificação do governo (conforme Preissler (2010, p. 45), a comissão é “a primeira casa construída em Santa Rosa”), o Escritório da Comissão de Terras e Colonização. Segundo Christensen, o prédio teria sido construído, primeiramente, na Colônia Guarany, onde já funcionava a Comissão de Terras e Colonização. Com a criação da colônia Santa Rosa, a edificação teria sido desmontado e transportado para a recém criada colônia.

Neste local, importantes decisões referentes a colônia eram tomadas como: venda e distribuição dos lotes de terras para os novos moradores, a fim de regulamentar as ocupações e impedir invasões indevidas das terras, construção de pontes e estradas, demarcações de terras, criação de escolas etc., era ainda, parada obrigatória para todos que passavam pela região, servindo para prestar informações e obtenção de registros. O chefe da Comissão era também o chefe da colônia. No ano de 1919, a sede da Colônia de Santa Rosa, a vila 14 de Julho, contava com uma população de aproximadamente 415 habitantes, distribuídos em 58 casas de madeira, 4 engenhos, 2 olarias e dois hotéis.

A Comissão de Terras e Colonização foi implantada nas imediações da Praça José Bonifácio (atual Praça da Independência), inaugurada em 07 de setembro de 1922. Ali, também se localizavam a subprefeitura, alguns edifícios comerciais e religiosos. Esta região passou a ser denominada “cidade baixa” e era o centro da colônia 14 de Julho. A edificação foi projeto do engenheiro Goldolphin Ramos e atualmente é sede de dois departamentos, a Coordenação Regional e a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com Christensen e outros autores, o local serviu ainda na década de 30 até 1948, como Prefeitura Municipal; e nos anos 60 como Delegacia Regional de Terras, e ainda como Escritório de Terras Públicas (1971).

Este edifício representa a materialidade dos sonhos e ambições dos primeiros colonos e imigrantes. Para Preissler (2010, p. 58), a edificação possui uma arquitetura típica dos imigrantes italianos, com dois pavimentos, sendo o porão em pedra e o térreo em madeira. Apresenta também elementos decorativos que reforçam suas origens européias, como, por exemplo, os lambrequins e balaustrada de madeira. Trata-se de um chalé de madeira, construído sobre um porão edificado em pedra. Suas aberturas são de folhas externas de venezianas.

Apesar de possuir dois andares, devido ao desnível do terreno sua fachada frontal possui a entrada pelo segundo pavimento, e está pouco elevada ao nível da rua, enquanto seu porão tem as aberturas pelas laterais e pela fachada posterior. As edificações como a Comissão de Terras e Colonização são bens culturais imóveis, as quais contribuem na preservação da história e de valores culturais da sociedade na qual está situada.

A Comissão de Terras e Colonização, um patrimônio que faz parte da história viva do município de Santa Rosa; é objeto de estudo. Seu objetivo específico é o inventariar e analisar o edifício, buscando preservar e registrar este patrimônio e a memória cultural ligados a evolução urbana e

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

arquitetônica da cidade. Outros propósitos permeiam o trabalho, como: pesquisar a história da colonização na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul com ênfase na ocupação do município de Santa Rosa; coletar, sistematizar e analisar os dados relativos as edificações das Comissões de Terra e Colonização, com o propósito de subsidiar as investigações nos campos do patrimônio edificado, arqueologia histórica e do urbanismo; digitalizar o acervo para futuras pesquisas e preservação do material e divulgar os resultados do projeto de pesquisa em eventos e publicações científicas.

METODOLOGIA

Segundo Gil (2008), nas ciências sociais, nem sempre um único método é adotado de forma rigorosa ou completa, sendo que, geralmente, utiliza-se a combinação de dois ou mais métodos para orientar a pesquisa. Deste modo, essa pesquisa se desenvolverá em três momentos: o primeiro contempla a pesquisa bibliográfica e a construção de um diagnóstico inicial, denominado por Gil (2008) de pesquisa exploratória; o segundo com o levantamento arquitetônico do edifício da Comissão de Terras e Colonização; e o terceiro através da análise de todo o material.

Desta forma, inicialmente, será realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema da colonização do noroeste do estado e a implantação das sedes das Comissões de Terra e Colonização. Esta pesquisa ocorrerá em fontes primárias e secundárias, nos acervos a biblioteca, do museu e da prefeitura municipal da cidade de Santa Rosa e imediações, como Santo Ângelo e Ijuí. Outra fonte necessária para as pesquisas é o Acervo Público do Estado, localizado em Porto Alegre. A pesquisa oral se faz importante neste momento. Também será necessário efetuar um estudo sobre a arquitetura do período de implantação destes edifícios, compreender o contexto histórico na qual está situada, bem como conhecer a formação dos profissionais responsáveis por estes projetos, para o entendimento da arquitetura efetuada aqui. A pesquisa exploratória, segundo Gil (2010), tem “como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Na sequência, o foco da pesquisa será o levantamento arquitetônico da edificação. Serão realizadas visitas in loco, para a realização das medições da edificação. Neste momento, é efetuado também, o levantamento fotográfico da edificação. Estas informações irão compor as fichas cadastrais, conforme modelo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE. Seguindo assim o modelo disponível no SICG (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão), disponíveis em formato doc. no site do IPHAN.

Os alunos do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFFar campus Santa Rosa, que fazem parte do grupo de estudo serão responsáveis pela realização deste projeto e organização das fichas cadastrais. De posse de todas estas informações, é possível realizar a análise de todo este material, para então confeccionar um artigo referente a este tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFar campus Santa Rosa, espera criar instrumentos de preservação a partir da documentação e promoção dos materiais remanescentes e legíveis na cidade, obtendo o reconhecimento do patrimônio material do município de Santa Rosa, além de proporcionar o armazenamento seus dados, a fim de garantir sua manutenção e preservação. Também se destina a contribuir para a preservação efetiva do patrimônio material imóvel da

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

cidade, ressaltando a importância e o caráter social que este tipo de atividade representa neste curso, através do seu empenho na manutenção dos valores da identidade local, salientando a importância do imóvel histórico no contexto em que está inserido e preservando a paisagem urbana presente na memória dos moradores através desse projeto.

Busca-se promover ações de conscientização da população com relação ao seu patrimônio e a sua importância na história local e na origem comunitária. Esta valorização e a prática de registros como o que será realizado darão suporte para a realização do inventário do santarosense, sendo que os dados disponibilizados contribuirão a longo prazo para seu acesso em meio digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta ação deve contribuir para o desenvolvimento de projetos que permitam a valorização do patrimônio cultural local, além da própria edificação da Comissão de Terras e Colonização, através do seu registro material. Deste modo, despertando a consciência da comunidade santa-rosense, sobre a importância da preservação da identidade cultural e arquitetônica do município. Este trabalho tem fim acadêmico, servindo como fonte de pesquisa para futuros estudos e apresentação para o público, remetendo sempre a importância da preservação histórica e cultural. O registro da edificação da Comissão de Terras e Colonização contribuiu para a manutenção permanente da história dos bens imóveis de Santa Rosa, já que algumas edificações, deste mesmo período, encontram-se em avançados processos de descaracterização, deterioração, arruinamento e, até mesmo, desaparecimento.

Palavras-chave: Comissão de Terras e Colonização; Santa Rosa; Patrimônio Histórico e Cultural; Levantamento arquitetônico.

Keywords: Comissão de Terras e Colonização; Santa Rosa; Historical and Cultural Heritage; Architectural survey

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHRISTENSEN, Teresa. SANTA ROSA: **Histórias e Memórias**. Porto Alegre: Palloti, 2008.
- ENSAIOS, Revista. **A cidade transformada pelo fogo - Anotações sobre o impacto de três incêndios sobre a forma urbana da cidade de Erechim - RS**. 2011. Disponível em: . Acesso em: 17 fev. 2017.
- GABLER, Louise. **Inspetoria-Geral de Terras e Colonização**. 2016. Disponível em: . Acesso em: 29 nov. 2016.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.
- PREISSLER, Camila. **Identificação de bens edificados considerados patrimônio cultural: o caso do município de Santa Rosa**. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de mestrado do programa de pós-graduação profissionalizante em patrimônio cultural, área de concentração em arquitetura e patrimônio material. UFSM, Santa Maria, 2010.
- ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Vol. 1. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- SILVA, Artur Vieira da. **Fontes documentais na história da Colônia Caxias (1875-1890)**.

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

Disponível em: . Acesso em: 08 fev. 2017

SOUSA, Rainer. **A chegada dos imigrantes**. Disponível em: . Acesso em: 29 nov. 2016.